



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

16/09/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Governo reduz projeção de inflação e reajuste do salário mínimo pode ser menor em 2023

O Ministério da Economia reduziu a estimativa para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) deste ano de 7,41% para 6,54%. Com o recuo, o reajuste do salário mínimo pode ser menor em 2023.

O INPC é o índice usado na correção do piso nacional do salário mínimo, de benefícios previdenciários, assistenciais e de despesas como abono salarial e seguro-desemprego.

O salário mínimo hoje é de R\$ 1.212. Considerando a nova inflação projetada ao governo, o valor do salário mínimo de 2023 iria para R\$ 1.292, o que representa R\$ 10 a menos do que a previsão de R\$ 1.302 feita no PLOA (projeto da Lei Orçamentária Anual) encaminhado ao Congresso Nacional.

A cifra também ficou abaixo dos R\$ 1.294 estimados em abril, quando o governo apresentou o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL) editar a MP (medida provisória) com o novo piso nacional.

O chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri, evitou fazer estimativas na entrevista coletiva desta quinta-feira (15) sobre os novos parâmetros macroeconômicos do governo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de setembro.

Consumo na rua estimula serviços, e só combustíveis se salvam no varejo

Com o avanço de atividades voltadas para empresas e o retorno do consumo presencial das famílias, o setor de serviços permaneceu como protagonista na economia brasileira em julho.

O varejo, por outro lado, patinou no início do segundo semestre, em um contexto marcado pela inflação ainda elevada e pelos juros altos, sinalizam dados de pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em julho, o volume de serviços cresceu 1,1% frente a junho, o terceiro avanço consecutivo. Com o resultado, ampliou a distância em relação ao pré-pandemia. Agora, está 8,9% acima do nível de fevereiro de 2020, antes das restrições forçadas pela Covid-19.

No sentido contrário, o volume de vendas do varejo caiu 0,8% em julho, terceiro mês consecutivo de taxas negativas. Assim, reduziu a distância positiva em relação ao pré-pandemia. Ficou apenas 0,5% acima de fevereiro de 2020.

Dentro do varejo restrito, somente 1 das 8 atividades pesquisadas teve desempenho positivo em julho. Trata-se do segmento de combustíveis e lubrificantes, cujas vendas subiram 12,2% em relação a junho.

É como se o consumidor enchesse o tanque do carro e diminuísse o carrinho de compras em outras áreas do comércio. A maior queda entre os segmentos do varejo, de 17,1%, foi registrada por tecidos, vestuário e calçados.

Para analistas, combustíveis e lubrificantes se salvaram devido ao alívio tributário recente. Pressionado pela inflação às vésperas das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou em junho a lei que definiu o teto para cobrança de ICMS (imposto estadual) sobre produtos como a gasolina. A medida contribuiu para a queda dos preços nas bombas dos postos.

"O setor de serviços havia perdido muito no começo da pandemia", acrescenta o economista, em referência às restrições forçadas pela Covid-19.

As medidas restritivas abalaram os serviços porque o setor reúne empresas dependentes do contato direto com clientes. É o caso de bares, hotéis, restaurantes e eventos.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 16 de setembro.

Sob Bolsonaro, renda do funcionalismo cai 8,5%, mais do que setor privado

A piora na vida da classe trabalhadora brasileira sob o governo de Jair Bolsonaro (PL), somado aos reflexos da pandemia, também vem deixando fortes marcas no funcionalismo público. Nos últimos anos, as perdas acumuladas na renda média desses trabalhadores foi maior do que no âmbito da iniciativa privada.

Nos últimos três anos, o rendimento real médio da categoria baixou 8,5%, segundo dados da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (13) no jornal Folha de S. Paulo, hoje a renda média do funcionalismo em geral fica em torno de R\$ 4.086; há três anos, no primeiro trimestre de 2019, era de R\$ 4.468.

O universo analisado é heterogêneo e abrange trabalhadores das esferas municipal, estadual e federal, além de fundações, autarquias e empresas públicas e de economia mista.

No mesmo período, a renda média dos trabalhadores do setor privado, exceto os domésticos, recuou 2,9% — de R\$ 2.421 para R\$ 2.350. No grupo dos empregados com carteira no serviço público, que correspondem a 11% do total, as perdas no rendimento, nesse mesmo período, foram de 18,2%. Entre militares e estatutários, que têm a maior renda média do funcionalismo, segundo o IBGE, os rendimentos caíram 6,6%.

De acordo com a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Bolsonaro será o primeiro presidente em 20 anos a não reajustar salários do funcionalismo.

O governo chegou a aventar 5% de recomposição linear aos servidores, abaixo do que a categoria necessita, o que acabou não se concretizando. Em agosto, com a proximidade das eleições, Bolsonaro declarou que o reajuste estaria garantido para 2023.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 16 de setembro.

Maioria do STF decide manter suspensão do piso da enfermagem

O plenário do Supremo Tribunal Federal formou maioria nesta quinta-feira (15) para manter a decisão do ministro Luís Roberto Barroso que suspendeu a lei que criou o piso salarial dos profissionais de enfermagem.

O entendimento de Barroso foi seguido pelos ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. O ministro André Mendonça, Nunes Marques, Edson Fachin divergiram e voaram para derrubar a suspensão.

O STF julga uma ação apresentada pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços (CNSaúde), que questiona a validade da medida por entender que a fixação de um salário-base para a categoria terá impactos nas contas de unidades de saúde particulares pelo país e nas contas públicas de estados e municípios.

Saiba mais em: CNTI, sexta-feira 16 de setembro.

Emprego em setores de menor escolaridade e menor renda consolida

precarização do trabalho e empobrecimento

Se de fato o emprego cresceu nos últimos meses, a ponto de atingir níveis anteriores à pandemia, as características desse aumento mostram outro perfil do mercado de trabalho, aponta o Dieese. São, principalmente, vagas que exigem menos escolaridade e que pagam menos.

Para o instituto, isso demonstra que, neste momento, o mercado acentua sua precarização, ampliando postos de trabalho com rendimento e proteção social menores.

“A ocupação, portanto, tem crescido, apesar da retomada lenta da atividade econômica pós-pandemia, mas a expansão ocorre em posições que exigem menos qualificação formal”, afirma o Dieese, em boletim divulgado nesta terça-feira (13). “O mercado de trabalho vai se precarizando não somente no estabelecimento de vínculos de trabalho sem proteção trabalhista ou social, mas também por meio da geração de empregos pouco complexos e pela perda de rendimentos.” Dessa forma, aponta o instituto, a situação “revela um mercado de trabalho empobrecido e com poucas perspectivas de ascensão para os trabalhadores”.

Assim, nas vagas consideradas mais qualificadas o emprego cresceu menos e a renda, caiu. “O aumento da escolarização da população, visto na última década, tem sido pouco aproveitado pelo mercado de trabalho nessa retomada da atividade econômica”, observa o instituto.

Saiba mais em: Rede Brasil Atual, quinta-feira 15 de setembro.